



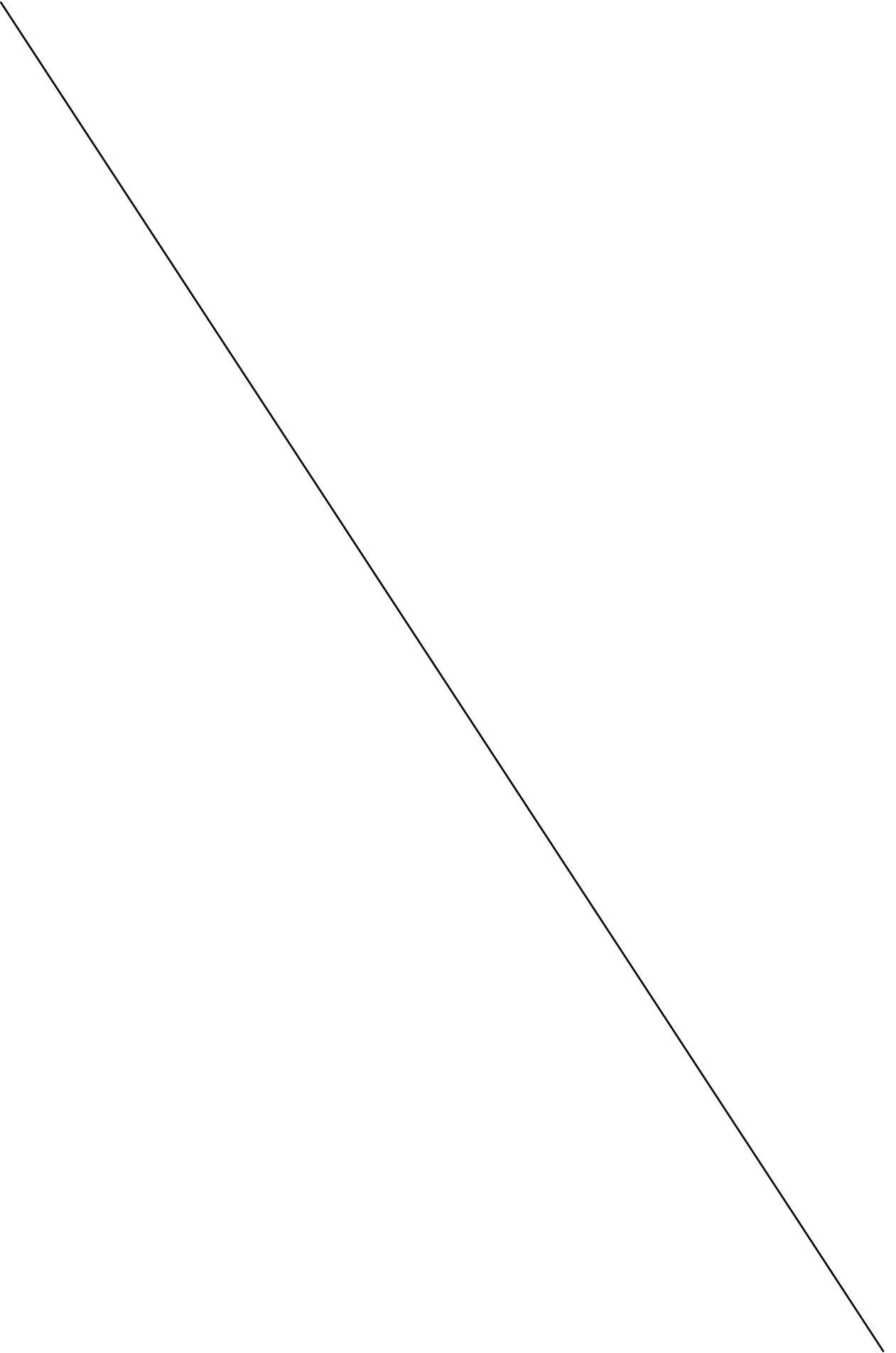
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS
CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019
EDITAL Nº 23/2019

CADERNO DE QUESTÕES

BACHARELADO EM DIREITO

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

1. Este caderno contém **60 (sessenta) questões** de múltipla escolha a serem respondidas em um tempo de duração de 4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão de respostas.
2. O candidato(a) tem 30 (trinta) minutos, a partir do início da prova, para manifestar-se sobre qualquer falha de impressão, ausência de questões etc. Decorrido este tempo o caderno de prova não será substituído.
3. O candidato(a) poderá utilizar somente canetas esferográficas transparentes (tinta azul ou preta).
4. Os candidatos somente poderão ausentar-se da sala durante a realização da prova escrita, mediante autorização e acompanhamento dos fiscais.
6. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de qualquer equipamento eletrônico, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
7. Será desclassificado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração, ainda que o mesmo esteja no local indicado pelos fiscais.
8. O candidato somente poderá levar seu caderno de provas nos últimos 60 (sessenta) minutos de prova.



PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

1 - Sobre a teoria da constituição e suas tipologias, assinale a assertiva incorreta:

- a) Constituição material é aquela escrita ou não em um documento constitucional e que contém as normas tipicamente constitutivas do Estado e da sociedade.
- b) Constituição rígida é aquela que necessita de procedimentos especiais, mais difíceis para sua modificação.
- c) Constituição promulgada é aquela dotada de legitimidade popular, na medida em que o povo participa em seu processo de elaboração, ainda que por meio de representantes.
- d) Constituição cesarista é aquela produzida sem a participação popular, sendo submetida posteriormente, contudo, ao referendo popular.
- e) Constituição ortodoxa é aquela que prevê em seu texto mais de uma ideologia, conciliando diferentes programas políticos, sociais e econômicos.

2 - Em relação à teoria da constituição e considerando os aspectos distintivos entre constituição material e formal, assinale a assertiva incorreta:

- a) O dispositivo previsto na Constituição de 1988, que estabelece que “*O Colégio Pedro II, localizado na cidade do Rio de Janeiro, será mantido na órbita federal*”, constitui exemplo de norma apenas formalmente constitucional.
- b) Segundo entendimento consagrado pelo STF, há hierarquia, na Constituição brasileira de 1988, das normas materialmente constitucionais em relação às normas formalmente constitucionais.
- c) O conteúdo das normas jurídicas que integram a constituição material pode ser modificável com o passar do tempo, seja mediante reforma constitucional ou mesmo pela via da mutação constitucional.
- d) O STF não acolhe a teoria das normas constitucionais originárias (oriundas do Poder Constituinte Originário) inconstitucionais.
- e) A Constituição brasileira de 1988 é classificada quanto ao conteúdo, conforme doutrina majoritária, como uma constituição formal, dotada de supremacia sobre todas as demais normas do ordenamento jurídico.

3 - Sobre o neoconstitucionalismo, assinale a assertiva que não constitui uma característica desse novo paradigma do direito:

- a) Compreensão da constituição como norma jurídica fundamental, dotada de supremacia material e formal.
- b) Eficácia expansiva dos valores constitucionais, que se irradiam por todo o ordenamento jurídico, condicionando a interpretação da legislação infraconstitucional.
- c) Compreensão que os princípios previstos na Constituição, em razão da possibilidade de possuírem mais de um significado interpretativo, possuem um papel normativo apenas subsidiário.
- d) Rejeição do formalismo jurídico como único método da interpretação constitucional, com a busca de novos métodos, tais como a ponderação.
- e) Reaproximação entre o direito e a moral, com uso cada vez maior da filosofia nos debates jurídicos.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

4 - Sobre os sentidos ou concepções de Constituição, assinale a opção incorreta:

- a) O sentido sociológico entende que a constituição constitui os fatores reais de poder que regem uma sociedade.
- b) O sentido jurídico propõe um significado puramente normativo à constituição, consistente num conjunto de normas jurídicas mais importantes do Estado, dotados de superioridade hierárquica.
- c) O sentido político entende que a constituição é um ato de “decisão política” concreta do titular do poder constituinte.
- d) Carl Schmitt é o teórico responsável pela definição do sentido jurídico de Constituição, que prevê a constituição como uma norma fundamental hipotética.
- e) Konrad Hesse defende a força normativa da constituição (concepção normativa da constituição), buscando conciliar realidade e normatividade constitucionais.

5 - Sobre a teoria do poder constituinte, assinale a assertiva incorreta:

- a) O poder constituinte originário tem como características ser um poder inicial, ilimitado, incondicionado e permanente.
- b) A titularidade do poder constituinte, na concepção moderna, é o povo, ao invés de nação.
- c) O poder constituinte originário, conforme entendimento sufragado pelo STF, deve reconhecer a existência dos chamados “direitos adquiridos”.
- d) O poder constituinte derivado decorrente representa a possibilidade de edição, pelos Estados-membros da federação, das constituições estaduais.
- e) O poder constituinte derivado de reforma, em razão de suas limitações, está sujeito ao controle de constitucionalidade.

6 - Sobre os princípios da interpretação constitucional, assinale a assertiva incorreta:

- a) O princípio do efeito integrador sustenta a ideia de que o intérprete deverá, sempre que possível, buscar soluções que propiciem a integração social e a unidade política na aplicação da norma jurídica.
- b) Com base no princípio da concordância prática, o intérprete deverá optar, havendo conflito entre dois princípios, por apenas um dos princípios que melhor solucione o caso.
- c) Com base no princípio da unidade da constituição, a constituição deve ser interpretada como sendo um sistema unitário de normas, ou seja, de regras e princípios, sem que haja qualquer hierarquia entre elas.
- d) O princípio da justeza tem por escopo orientar o intérprete para que não adote uma exegese que deturpe o sistema organizatório-funcional estabelecido na Constituição, com violação às regras de competências e funções elencadas.
- e) O princípio da interpretação conforme a constituição preconiza que, diante de normas polissêmicas, o intérprete deve optar pela interpretação que mais se compatibilize com a constituição.

7 - Sobre a evolução constitucional brasileira, assinale a opção incorreta:

- a) A Constituição de 1824 estabeleceu a figura do poder moderador, adotando a teoria quadripartida dos poderes em seu texto constitucional.
- b) A Constituição de 1891 estabeleceu, pela primeira vez, a forma federativa de estado.
- c) A Constituição de 1937, conhecida como “constituição polaca”, é enquadrada como outorgada.
- d) Sob a égide da Constituição de 1946 tivemos um período de sistema parlamentarista de governo.
- e) Foi na Constituição brasileira de 1988 que se iniciou o chamado constitucionalismo social.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

8 - Sobre a teoria do direitos fundamentais, assinale a assertiva incorreta:

- a) A moderna teoria dos direitos fundamentais não reconhece a dimensão objetiva dos direitos fundamentais, adotando apenas a chamada dimensão subjetiva.
- b) Os direitos de segunda geração ou dimensão englobam os direitos sociais.
- c) Os direitos de primeira geração possuem um *status* negativo, em face da possibilidade do indivíduo exigir do Estado uma abstenção.
- d) A universalidade é uma característica essencial dos direitos fundamentais, reconhecendo como titular todos os cidadãos.
- e) O STF reconhece a aplicação dos direitos fundamentais nas relações privadas, adotando a teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

9 - A respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos assegurados na Constituição de 1988, e, ainda, considerando o entendimento jurisprudencial sobre a matéria, assinale a assertiva incorreta:

- a) São gratuitas as ações de *habeas corpus*.
- b) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem.
- c) Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- d) São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos.
- e) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou por determinação judicial, durante o dia ou a noite.

10 - Dentre as alternativas abaixo, selecione a assertiva que não constitui hipótese de perda ou suspensão dos direitos políticos, conforme prevê a Constituição de 1988:

- a) O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- b) A condenação criminal em segunda instância, enquanto durarem seus efeitos.
- c) A condenação em ação de improbidade administrativa.
- d) A recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa.
- e) A incapacidade civil absoluta.

11 - Constitui competência privativa da União legislar sobre:

- a) Populações indígenas.
- b) Proteção à infância.
- c) Proteção às pessoas portadoras de deficiência.
- d) Proteção ao patrimônio histórico.
- e) Previdência social.

12 - Sobre o processo legislativo, assinale a opção incorreta:

- a) Projeto de lei de iniciativa do presidente da república pode ser objeto de emenda parlamentar.
- b) O veto do presidente da república ao projeto de lei é irretratável pelo próprio presidente, mas pode ser objeto de rejeição pelo Congresso Nacional.
- c) O STF entende não haver hierarquia entre lei ordinária e lei complementar, mas campos materiais de competência distintas.
- d) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria de direito civil.
- e) As medidas provisórias editadas pelo presidente da república podem ser objeto de controle de constitucionalidade pelo STF.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

13 - Constitui competência privativa do Senado Federal:

- a) Dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- b) Apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- c) Autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País.
- d) Escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União.
- e) Autorizar referendo e convocar plebiscito.

14 - Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente:

- a) A homologação de sentenças estrangeiras.
- b) A concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- c) O *habeas corpus* quando a autoridade coatora for Ministro de Estado.
- d) A extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- e) O *habeas data* contra ato de Ministro de Estado.

15 - É da competência legislativa dos Municípios a instituição de impostos sobre:

- a) Transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos.
- b) Operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- c) Transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física.
- d) Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.
- e) Renda e proventos de qualquer natureza.

16 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Em conformidade com a lei 13.146/2015, que modificou o art. 3º do Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos.
- b) Os ébrios habituais e os viciados em tóxico são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer.
- c) De acordo com o Código Civil, os pródigos são considerados relativamente capazes.
- d) Segundo o Código Civil, no Brasil, a personalidade civil começa da concepção.
- e) A emancipação poderá ser concedida por ambos os pais, independentemente de homologação judicial.

17 - Segundo o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) Não existe morte presumida sem decretação de ausência.
- b) Ocorre a comoriência quando dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar qual deles morreu em primeiro lugar, hipótese em que presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- c) Ainda que por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes.
- d) O ato de disposição do próprio corpo é negócio jurídico irrevogável.
- e) Não se tratando de direito personalíssimo, o nome pode ser alterado a qualquer momento, nas hipóteses previstas em lei.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

18 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) São pessoas jurídicas de direito público interno a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios, os Municípios, as autarquias, inclusive as associações públicas e as demais entidades de caráter público criadas por lei.
- b) São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades, as fundações, as organizações religiosas, os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- c) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo
- d) Não obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo, caso tenham agido com dolo ou má-fé.
- e) Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica

19 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á como único domicílio o local onde possua o centro habitual de seus negócios.
- b) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- c) É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- d) Por força de lei, considera-se como domicílio do preso o lugar em que cumprir a sentença.
- e) Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

20 - Quanto aos bens, assinale a incorreta:

- a) Os bens destinados à alienação são considerados como não consumíveis por disposição da lei.
- b) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente.
- c) O direito à sucessão aberta considera-se imóveis por disposição da lei.
- d) As energias que tenham valor econômico consideram-se móveis para os efeitos legais.
- e) São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.

21 - Acerca da condição, termo e encargo, assinale a incorreta:

- a) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- b) Na condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito a que ela visa.
- c) Se for resolutiva a condição, enquanto esta se não realizar, vigorará o negócio jurídico, podendo exercer-se desde a conclusão deste o direito por ele estabelecido.
- d) No termo certo, a ocorrência do evento certa e determinada, ao contrário do que ocorre no termo incerto, em que a ocorrência do evento é incerta e indeterminada.
- e) O encargo não suspende a aquisição nem o exercício do direito, salvo quando expressamente imposto no negócio jurídico, pelo disponente, como condição suspensiva.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

22 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) validade do negócio jurídico requer agente capaz, objeto lícito, possível, determinado ou determinável, além da forma prescrita ou não defesa em lei.
- b) A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.
- c) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.
- d) Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem.
- e) Como regra geral, é correta afirmar-se que o silêncio do interessado no negócio jurídico importa anuência, mesmo quando as circunstâncias e os usos não o autorizarem.

23 - Sobre os defeitos do negócio jurídico, assinale a opção correta:

- a) São anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro accidental e escusável, inclusive no erro de cálculo.
- b) O temor reverencial dá causa à anulação do negócio jurídico por coação.
- c) O dolo accidental só obriga à satisfação das perdas e danos, e é accidental quando, a seu despeito, o negócio seria realizado, embora por outro modo.
- d) Não se anula o negócio jurídico por lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, posto se tratar de estado de perigo.
- e) Podem pleitear a anulação do negócio jurídico por fraude contra credores os credores que já o eram ao tempo da prática dos atos fraudulentos e também os credores posteriores, desde que sejam quirografários.

24 - No que diz respeito às obrigações de dar coisa certa, assinale a opção incorreta:

- a) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso
- b) É correto afirmar-se que a obrigação de dar coisa certa, de entregar ou de restituir, rege-se pelo princípio do *genus nunquam perit* (o gênero nunca perece), não se aplicando o princípio do *res perit domino* (a coisa perece para o dono).
- c) Deteriorada a coisa, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- d) Sendo culpado o devedor pela deterioração da coisa, poderá o credor exigir o equivalente, ou aceitar a coisa no estado em que se acha, com direito a reclamar, em um ou em outro caso, indenização das perdas e danos.
- e) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço; se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

25 - Assinale a alternativa correta:

- a) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou, hipótese em que poderá escolher a “nata do gênero”.
- b) A coisa incerta, como o nome está dizendo, não é passível de identificação, ficando a critério do credor realizar a escolha conforme os critérios estabelecidos em contrato.
- c) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao devedor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas não poderá dar a coisa pior, nem será obrigado a prestar a melhor.
- d) Nas obrigações de dar coisa incerta, antes da escolha não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, a não ser por força maior ou caso fortuito.
- e) Nas obrigações alternativas, se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, terá ele que indenizar o credor pelo equivalente de qualquer delas, mais perdas e danos.

26 - Acerca das obrigações solidárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro, não se sendo exigível pelo devedor o pagamento em conjunto ou a caução de ratificação.
- b) Enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá este pagar.
- c) O pagamento parcial feito por um dos devedores solidários e a remissão por ele obtida não aproveitam aos outros devedores, senão até à concorrência da quantia paga ou relevada.
- d) Não importará renúncia da solidariedade passiva a propositura de ação pelo credor contra apenas um dos devedores solidários.
- e) Qualquer cláusula, condição ou obrigação adicional, estipulada entre um dos devedores solidários e o credor, não poderá agravar a posição dos outros sem consentimento destes.

27 - Sobre o pagamento, assinale a alternativa incorreta:

- a) Em atenção ao princípio da boa-fé objetiva e da previsibilidade nos meios de pagamento, embora ocorrendo motivo grave, não poderá o devedor deixar de efetuar o pagamento no lugar determinado em contrato, mesmo que isso não cause prejuízo ao credor, sob pena de responder pelas consequências do inadimplemento.
- b) O credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa.
- c) Ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou.
- d) Qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor, em especial da ação de consignação em pagamento.
- e) Efetuar-se-á o pagamento no domicílio do devedor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

28 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se duas pessoas forem ao mesmo tempo credor e devedor uma da outra, as duas obrigações extinguem-se, até onde se compensarem, hipótese em que teremos a compensação.
- b) Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor, hipótese em que teremos a confusão.
- c) Dá-se a novação, dentre outras hipóteses, quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.
- d) Para que haja a dação em pagamento, o credor deve consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.
- e) No pagamento com sub-rogação, extingue-se a relação jurídica primitiva, nascendo nova relação jurídica com o pagamento realizado.

29 - Acerca do inadimplemento, assinale a alternativa incorreta:

- a) Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado
- b) A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.
- c) Considera-se em mora o devedor que não efetuar o pagamento e o credor que não quiser recebê-lo no tempo, lugar e forma que a lei ou a convenção estabelecer.
- d) Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar.
- e) Inadimplemento relativo e violação positiva do contrato são expressões sinônimas, pois ambas conduzem à reparação pelas e danos.

30 - Sobre o vício redibitório e a evicção, é correto afirmar-se que:

- a) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que a tornem imprópria ao uso a que é destinada, ou lhe diminuam o valor.
- b) O vício redibitório previsto no Código Civil possui a mesma natureza jurídica do vício do produto, previsto no art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.
- c) no vício redibitório, a responsabilidade do alienante subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, ainda que o vício seja posterior à alienação.
- d) Como regra geral, as regras da evicção aplicam-se tanto aos contratos onerosos quanto aos gratuitos.
- e) Se o adquirente possuía conhecimento de que a coisa era alheia ou litigiosa, ainda assim poderá demandar pela evicção, desde que comprove o enriquecimento sem causa do alienante.

31 - Relativo às chamadas “Normas Fundamentais no Processo Civil”, assinale a opção em que não consta uma das referidas normas.

- a) Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- b) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- c) As partes promoverão, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.
- d) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.
- e) Os juízes e os tribunais atenderão, preferencialmente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

32 - Em relação aos limites da Jurisdição Nacional no CPC/2015, analise as seguintes assertivas:

I - Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;

II - Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.

III - Compete, ainda, à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações de alimentos, quando o réu mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda ou obtenção de benefícios econômicos;

IV - Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

V - A ação proposta perante tribunal estrangeiro induz litispendência e não obsta a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens CORRETOS:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

33 - Sobre competência, analise as assertivas abaixo:

I - As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, ressalvado às partes o direito de instituir júízo arbitral, na forma da lei.

II – Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, sendo relevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente.

III - Tramitando o processo perante outro júízo, os autos serão remetidos ao júízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, exceto, dentre outros, a ação de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho;

IV – É competente o foro do lugar do ato ou fato para a ação em que for réu administrador ou gestor de negócios alheios.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens INCORRETOS:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

34 - Sobre capacidade processual, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- b) O juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade;
- c) Os Estados e o Distrito Federal poderão ajustar compromisso recíproco para prática de ato processual por seus procuradores em favor de outro ente federado, mediante convênio firmado pelas respectivas procuradorias;
- d) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.
- e) Serão representados em juízo, no pólo ativo, a União, pela Advocacia-Geral da União, diretamente ou mediante órgão vinculado.

35 - Quanto às disposições referentes ao Recurso Adesivo, analise as seguintes assertivas:

- I – Cada parte interporá o recurso independentemente, no prazo e com observância das exigências legais;
- II - Será admissível no agravo de instrumento, no recurso extraordinário e no recurso especial;
- III – O recurso adesivo será dirigido ao órgão perante o qual o recurso independente fora interposto, no prazo de que a parte dispõe para responder;
- IV - O recurso adesivo fica subordinado ao recurso independente, não sendo-lhe aplicáveis as mesmas regras deste quanto aos requisitos de admissibilidade e julgamento no tribunal, salvo disposição legal diversa;
- V - Sendo vencido autor, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir o outro.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens CORRETOS:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

36 - Sobre as hipóteses de cabimento da Ação Rescisória, assinale a alternativa CORRETA quanto à que situação a sentença pode ser rescindida:

- a) se verificar que foi não proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz;
- b) for proferida por juiz impedido ou por juízo relativamente incompetente;
- c) resultar de dolo ou coação da parte vencida em detrimento da parte vencedora ou, ainda, de simulação ou colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei;
- d) ofender ato jurídico perfeito;
- e) for fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória;

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

37 - Sobre Embargos de Divergência, analise as seguintes assertivas:

I - É embargável o acórdão de órgão fracionário que em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito;

II - É embargável o acórdão de órgão fracionário que em recurso extraordinário ou em recurso especial, divergir do julgamento de qualquer outro órgão do mesmo tribunal, sendo um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia;

III - Cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros.

IV - No recurso de embargos de divergência, será observado o procedimento estabelecido no regimento interno do respectivo tribunal superior.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens INCORRETOS:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

38 - Qual opção NÃO enseja a oposição de Embargos de Declaração, segundo o CPC?

- a) dúvida;
- b) omissão;
- c) obscuridade;
- d) contradição;
- e) erro material.

39 - Sobre as sentenças no processo civil, assinale a opção em que consta uma das hipóteses de sentença terminativa, segundo o CPC:

- a) Quando o Juiz acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção;
- b) Quando o Juiz decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;
- c) Quando o Juiz homologar o reconhecimento da procedência do pedido formulado na ação ou na reconvenção;
- É defeso ao autor cumular pedido possessório com o de condenação em perdas e danos;
- d) Quando o Juiz acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência;
- e) Quando o juiz homologar a transação.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

40 - Sobre as Ações de Família, assinale a opção INCORRETA:

- a) Aplicam-se aos processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação e filiação.
- b) A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.
- c) O mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.
- d) A citação ocorrerá com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data designada para a audiência.
- e) Na audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.

41 - Sobre princípios das licitações, nos termos da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Subordinam-se ao regime da lei de licitações, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, poderão ser precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.
- c) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- d) É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º [da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991](#);
- e) Em igualdade de condições, é critério de desempate os bens e serviços produzidos no País.

42 - Sobre as definições de que trata o artigo 6º da Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Execução direta - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;
- b) tarefa - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;
- c) Alienação - toda transferência de domínio de bens a terceiros;
- d) Empreitada por preço unitário - a que é feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios;
- e) Empreitada por preço global - quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

43 - Considere o seguinte: um servidor público executou um ato administrativo para o qual ele não tinha competência. No entanto, o referido ato não previa competência exclusiva do agente para a sua prática. Nesse caso, o ato administrativo:

- a) É válido.
- b) É inválido, por falta de agente capaz.
- c) É nulo de pleno direito
- d) É anulável.
- e) É absolutamente ilegal, não podendo gerar efeitos jurídicos.

44 - Qual dos atributos de alguns atos administrativos que permite sua imediata execução, independente de decisão judicial?

- a) Prevalência do interesse público sobre o particular;
- b) Motivação dos atos administrativos
- c) Imposição dos atos administrativos aos administrados.
- d) Autoexecutoriedade dos atos administrativos.
- e) Presunção de legalidade dos atos administrativos.

45 - Sobre os contratos administrativos, analise as seguintes assertivas:

I - Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

II - Os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.

III – É cláusula facultativa em todo contrato a que estabeleça o regime de execução ou a forma de fornecimento;

IV - A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

Assinale a alternativa que contém a quantidade de itens CORRETOS:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

46 – Para a doutrina penalista a terceira via do direito penal consiste na:

- a) Aplicação da pena privativa de liberdade.
- b) Aplicação de medida de segurança.
- c) Reparação do dano causado pela infração.
- d) Prisão preventiva.
- e) Nenhuma das alternativas.

47 – Em relação aos institutos inerentes à teoria do crime, a expressão “ponte de prata” diz respeito:

- a) Ao arrependimento posterior.
- b) Ao concurso de agentes.
- c) À desistência voluntária.
- d) Ao arrependimento eficaz.
- e) Nenhuma das alternativas.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

48 – Para a teoria limitada da culpabilidade o erro do agente que incide sobre uma situação fática que, se existisse, tornaria a ação legítima, constitui:

- a) Erro de proibição.
- b) Erro de tipo.
- c) Exigibilidade de conduta diversa.
- d) Inexigibilidade de conduta diversa.
- e) Nenhuma das alternativas.

49 – Para a doutrina majoritária, em relação à conduta do partícipe adota-se a teoria da:

- a) Acessoriedade mínima.
- b) Hiperaccessoriedade.
- c) Acessoriedade máxima.
- d) Acessoriedade limitada.
- e) Nenhuma das alternativas

50 – No tocante à teoria relativa da pena, a prevenção especial positiva é aquela que visa:

- a) Criar efeito intimatório geral.
- b) Evitar a reincidência.
- c) A ressocialização do condenado.
- d) Demonstrar a eficácia da lei penal.
- e) Nenhuma das alternativas.

51 – Em se tratando de crimes hediondos a progressão de regime deve ocorrer após o cumprimento de:

- a) 1/6 da pena.
- b) 1/3 da pena.
- c) 1/5 se primário.
- d) 2/5 se reincidente.
- e) Nenhuma das alternativas.

52 – A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 até a metade se o crime for praticado:

- a) durante a gestação ou nos 2 meses posteriores ao parto.
- b) na presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima.
- c) contra pessoa maior de 14 anos e menor de 60 anos.
- d) Por menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- e) Nenhuma das alternativas.

53 – Thor instiga Hulk ao suicídio. Por conseguinte, Hulk tenta se enforcar com uma corda amarrada no galho de uma árvore. Todavia a corda não aguenta o peso de Hulk e arrebenta, sofrendo ele lesões leves. No caso Thor deverá responder pelo crime de:

- a) Participação em suicídio.
- b) Tentativa de homicídio.
- c) Lesões corporais leves.
- d) Lesões corporais culposa.
- e) Nenhuma das alternativas.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

54 – Thor, com intenção de ferir, desfeve uma facada no tórax de Hulk, provocando-lhe forte sangramento e culminando com a perda do pulmão direito de Hulk. No caso Thor deverá responder pelo crime de:

- a) Lesão corporal grave.
- b) Lesão corporal gravíssima.
- c) Tentativa de homicídio.
- d) Lesão corporal majorada.
- e) Nenhuma das alternativas.

55 – Thor, Hulk e Formiga travam uma briga generalizada com socos e pontapés uns contra os outros. Ocorre que, em determinado instante, no decorrer da rixa, Thor saca de uma faca e, com *animus necandi*, desfeve uma facada em Formiga, ceifando sua vida e cessando a luta. No caso, de acordo com a doutrina majoritária, é correto afirmar que Thor deverá ser responsabilizado pelo crime de:

- a) Rixa simples.
- b) Rixa qualificada.
- c) Rixa qualificada e homicídio doloso.
- d) Rixa qualificada e homicídio culposo.
- e) Nenhuma das alternativas.

56 – Thor, com intenção de subtrair uma bolsa feminina do interior de um veículo estacionado na via pública, quebra a janela do vidro do motorista, adentra no veículo e subtrai a bolsa, logrando se evadir. No caso, de acordo com a jurisprudência majoritária do STJ, Thor deverá responder pelo crime de:

- a) Furto simples.
- b) Furto qualificado com rompimento de obstáculo.
- c) Furto majorado.
- d) Furto privilegiado.
- e) Nenhuma das alternativas.

57 – Thor, filho de Odin, agindo em comunhão de desígnios com Hulk subtraem duas TV's, uma geladeira, um fogão e um micro-ondas da residência de Odin. No caso, deverão ser responsabilizados pelo crime de:

- a) Thor pelo crime de furto com a agravante de ser infração praticada contra ascendente e Hulk pelo crime de furto simples.
- b) Thor pelo crime de furto qualificado praticado contra ascendente e Hulk pelo crime de furto simples.
- c) Ambos não sofrerão responsabilização em razão da escusa absolutória.
- d) Thor não sofrerá responsabilização enquanto Hulk deverá responder pelo crime de furto simples.
- e) Nenhuma das alternativas.

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 2º SEMESTRE DE 2019 – EDITAL Nº 23/2019

58 – No tocante às ações penais de natureza privada, é incorreto afirmar que:

- a) O perdão concedido a um dos querelados produzirá efeitos exclusivos em relação a este.
- b) A renúncia tácita e o perdão tácito admitirão todos os meios de prova.
- c) Concedido o perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se o aceita, devendo, ao mesmo tempo, ser cientificado de que o seu silêncio importará aceitação.
- d) O perdão poderá ser aceito por procurador com poderes especiais.
- e) Nenhuma das alternativas.

59 – Nos casos em que somente se procede mediante queixa, considerar-se-á perempta a ação penal, exceto:

- a) Quando iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- b) Quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente, ou deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- c) Quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.
- d) Quando falecer o querelado.
- e) Nenhuma das alternativas.

60 – Thor, brasileiro nato, residente e domiciliado no município de Xapuri/AC, comete crime de roubo em uma loja de eletrônicos na cidade de Cobija, país Bolívia, logrando evadir-se de volta para o Brasil com os produtos roubados, sendo ele preso na cidade de Brasiléia/AC. No caso, o processo criminal contra Thor deverá tramitar na cidade de:

- a) Xapuri/AC.
- b) Brasília/DF.
- c) Rio Branco/AC.
- d) Brasiléia/AC.
- e) Nenhuma das alternativas.